

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA – INC
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

JANAÍNA FRANCO DE SOUZA

**PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO ASSENTAMENTO RURAL DO
MUNICÍPIO DE AMATURÁ/AM**

Benjamin Constant – AM
2022

JANAÍNA FRANCO DE SOUZA

**PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO ASSENTAMENTO RURAL DO
MUNICÍPIO DE AMATURÁ/AM**

Trabalho apresentada à comissão Examinadora da Universidade Federal do Amazonas - UFAM/INC/BC como requisito parcial à obtenção do título de Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Dra. Jarliane da Silva Ferreira

Benjamin Constant – AM
2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S729p Souza, Janaína Franco de
Panorama da educação escolar o assentamento rural do município de Amaturá/AM. / Janaína Franco de Souza . 2022
75 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Jarliane da Silva Ferreira
TCC de Graduação (Licenciatura Plena em Pedagogia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Educação do campo. 2. Assentamento rural . 3. Escola. 4. Desafios no contexto Amazônico . I. Ferreira, Jarliane da Silva. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

JANAÍNA FRANCO DE SOUZA

**PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO ASSENTAMENTO RURAL DO
MUNICÍPIO DE AMATURÁ/AM**

Trabalho apresentado para obtenção
de nota parcial, da disciplina INP092
Orientação ao TCC, no curso de
Pedagogia do Instituto Natureza e
Cultura da Universidade Federal do
Amazonas.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Jarliane da Silva Ferreira – Presidente

Prof^ª. Dra. Oderlene Bráulio da Silva (Membro)

Prof^ª. MSc. Maria Simone Ribeiro da Silva Cruz. (Membro)

Prof. MSc. Sebastião Melo Campos. (Suplente)

DEDICATÓRIA

*Dedico esse trabalho minha família, **mãe** Maria Helena Andrade Franco, **pai** João Rômulo Saraiva de Souza, **irmãs** Erica Hellen Franco de Souza, Jaciara Franco de Souza e ao meu **irmão** Rômulo Franco de Souza, e também a minha **sobrinha** que me serviu de motivação Agnes Emanuelle de Souza Alves, e à todos aqueles que acreditaram em mim, pelo amor, carinho, forças e incentivos por estarem firmes e confiarem em minha capacidade e acreditarem em mim. Também aos meus professores pela dedicação que eles têm a nos ensinar.*

AGRADECIMENTOS

*Agradeço primeiramente a **Deus**, por me conceber a vida e saúde para realizar este Trabalho de Conclusão de Curso meio a tantas dificuldades e grandes desafios foi ele não me deixou desistir, continuou me abençoando, protegendo e guiando, pela confiança e determinação em persistir, perseverar e acreditar naquilo que seja o ideal para a minha vida, me deu ânimo e forças todas as vezes que pensei em desistir para eu continuar a jornada dessa vida em busca de sabedoria.*

*À minha família que estão sempre ao meu lado me apoiando e acreditando sempre em minha capacidade. À minha **mãe** Maria Helena Andrade Franco, e o meu **pai** João Rômulo Saraiva de Souza por sempre estarem me motivando a não desistir que tudo um dia seria conquistado.*

*A Universidade Federal do Amazonas- **UFAM**, por ter me aberto às portas para a graduação, garantia de sonhar com um futuro melhor.*

À minha orientadora: Prof. Dra. Jarliane da Silva Ferreira por ter me acolhido e me guiado neste trabalho com muita força e dedicação esteve presente comigo neste trabalho.

Aos meus amigos(as) que contribuíram na conquista deste trabalho e pelo incentivo nesta caminhada.

Enfim agradeço a todos(as) que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Aquieta Minh'alma

Faz meu coração ouvir tua voz

Me chama pra perto

Só assim eu não me sinto só

Eu sei que mesmo sem entender

Você está no controle, então

Me esconda no teu coração

Me amarre a ti pra eu não desistir

Eu não quero mais fugir

Da tua vontade pra mim

Eu sei vai ser difícil, mas

Você estará sempre comigo

(Fonte: Aquieta Minh'alma, Ministério Zoe.

Musixmatch)

RESUMO

A região do Alto Solimões possui assentamentos rurais que estão distribuídos pelos seus municípios. São projetos de assentamentos denominados: Federal- PA, Agroextrativista Federal- PAE, Projeto de Desenvolvimento Sustentável- PDS, Terras Indígenas- TI, instituídos pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A implementação desses projetos é resultado das reivindicações de suas populações e de movimentos sociais organizados que lutam por acesso à terra, educação e melhores condições de vida. Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "Panorama da Educação Escolar o Assentamento Rural do Município de Amaturá/AM", apresenta como objetivo geral: Realizar um diagnóstico quanti-qualitativo em educação do campo no assentamento rural de Amaturá/AM, analisando os principais desafios vivenciados por seus professores. Assim, neste estudo nos concentramos em uma escola pública do Assentamento Guarani, localizada na área rural do município de Amaturá. Como metodologia optou-se neste estudo pela abordagem qualitativa, com aplicação de questionários e entrevistas com professores da escola. A pesquisa apontou que a escola do campo, localizada em assentamento rural, de certa forma, busca se adequar aos poucos na direção de uma melhor qualidade na oferta da educação escolar, porém ainda está distante de todas as garantias presentes na legislação. Os relatos dos professores apontam para os principais desafios enfrentados nos caminhos entre a cidade e a escola-comunidade, e ainda no que tange às condições de estrutura e infraestrutura escolar, principalmente na ausência de materiais, acesso à escola, deslocamento e condições de moradia dos professores, concepções e atuação no multisseriado. Novas ações e outras possibilidades precisam ser rediscutidas nesse contexto desafiador.

Palavras-chave: Educação do campo. Assentamento rural. Escola. Desafios no contexto Amazônico.

RESUMEN

La región de Alto Solimões cuenta con asentamientos rurales que se distribuyen a lo largo de sus municipios. Se trata de proyectos de asentamiento denominados: Federal- PA, Federal Agroextractivista- PAE, Proyecto de Desarrollo Sustentable- PDS, Tierras Indígenas- TI, instituidos por el Instituto de Colonización y Reforma Agraria (INCRA). La implementación de estos proyectos es el resultado de las demandas de sus poblaciones y de movimientos sociales organizados que luchan por el acceso a la tierra, la educación y mejores condiciones de vida. Este Trabajo de Terminación de Curso (TCC) titulado “Panorama de la Educación Escolar en el Asentamiento Rural del Municipio de Amaturá/AM”, presenta como objetivo general: Realizar un diagnóstico cuantitativo-cualitativo en la educación rural en el asentamiento rural de Amaturá/AM, analizando los principales desafíos vividos por sus docentes. Así, en este estudio nos centramos en una escuela pública del Asentamiento Guaraní, ubicado en la zona rural del municipio de Amaturá. Como metodología se optó por un enfoque cualitativo en este estudio, con la aplicación de cuestionarios y entrevistas a docentes escolares. La investigación apuntó que la escuela rural, ubicada en un asentamiento rural, en cierto modo, busca adaptarse poco a poco hacia una mejor calidad en la oferta de educación escolar, pero aún está lejos de todas las garantías presentes en la legislación. Los relatos de los docentes apuntan a los principales desafíos enfrentados en los trayectos entre la ciudad y la escuela-comunidad, y también en lo que se refiere a las condiciones de estructura e infraestructura escolar, especialmente en ausencia de materiales, acceso a la escuela, desplazamiento y condiciones de vivienda de los estudiantes, docentes, concepciones y desempeño en el multigrado. Es necesario volver a discutir nuevas acciones y otras posibilidades en este contexto desafiante.

Palabras clave: Educación rural. Asentamiento rural. Escuela. Desafíos em el contexto Amazónico.

LISTA DE IMAGENS

Figura 01: Mapa da comunidade.....	21
Figura 02: Escola Municipal Guarani.....	22
Figura 3: Porto da Comunidade Guarani/AM.....	38
Figura 4: Subida do porto.....	38
Figura 5: Anexo da Escola.....	40
Figura 6: Frente da Escola Municipal Guarani.....	40
Figura 7: Cozinha da escola.....	40
Figura 8: Sala de Aula.....	41
Figura 9: Mesa do Professor.....	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Modalidades de Assentamentos.....	26-27
Tabela 02: Modalidades de áreas reconhecidas pelo Incra.....	27-28
Tabela 03: Dados do funcionamento de escola.....	39

LISTA DE SIGLAS

CME- Conselho Municipal de Educação

INC- Instituto de Natureza e Cultura

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

OBECAS- Observatório da Educação do Campo no Alto Solimões

PIBIC- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PPP- Projeto Político Pedagógico

SEMED- Secretaria Municipal de Educação

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

UFAM- Universidade Federal do Amazonas

Sumário

INTRODUÇÃO	14
1. JUSTIFICANDO AS OPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	17
1.1 A ESCOLHA PELA TEMÁTICA DE PESQUISA: ALGUMAS REFLEXÕES	17
1.2 METODOLOGIA.....	19
1.2.1 O CAMPO E AS PROFESSORAS SUJEITOS DA PESQUISA.....	22
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	25
2.1 O QUE É ASSENTAMENTO RURAL E A REFORMA AGRÁRIA.....	25
2.2 A EDUCAÇÃO ESCOLAR NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO BRASIL	31
2.2.1 O QUE É O PRONERA.....	36
3. A EDUCAÇÃO BÁSICA NO ASSENTAMENTO GUARANI EM AMATURÁ E OS DESAFIOS VIVENCIADOS PELOS EDUCADORES.....	39
3.1 A ESCOLA MUNICIPAL DE ASSENTAMENTO GUARANI: SEUS ASPECTOS FÍSICOS, DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS, SOCIOCULTURAIS E HUMANOS	39
3.2 OS DESAFIOS VIVENCIADOS PELOS PROFESSORES NA ESCOLA DE ASSENTAMENTO.....	45
CONSIDERAÇÃO FINAIS	52
REFERÊNCIAS.....	54
APÊNDICE.....	57

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) traz a temática voltada para a educação em assentamento rural no município de Amaturá-AM. A pesquisa desenvolvida foi realizada no contexto do curso de Licenciatura em Pedagogia.

Os assentamentos rurais fazem parte da realidade do campo brasileiro. A conquista pela terra e conseqüentemente por educação escolar no espaço rural brasileiro historicamente ficou em segundo ou terceiro plano, pois, o modelo educativo que prevaleceu e que recebeu o número maior de recursos foi a educação da cidade, deixando assim a educação rural.

É importante evidenciar que não se podem estabelecer dois polos separados neste contexto, os princípios da educação do campo não querem priorizar maiores recursos para a área rural em detrimento da área urbana e vice-versa, percebe-se um forte movimento a favor de melhores escolas tanto no campo, como na cidade.

Desta forma, a luta é para acabar essa ideia histórica que no campo devem estar os professores sem formação, com menores salários, com sobrecarga de serviços, além do trabalho docente, escolas sem água potável, banheiro e biblioteca, com merenda escolar, em sua maioria, com produtos industrializados.

A partir da leitura de várias bibliografias percebeu-se que a educação rural foi marcada pela pouca atuação do Estado (FERREIRA, 2010) referente à implantação de políticas públicas de qualidade que considere os desafios do trabalho no campo. Segundo Hage (2006) o campo foi tratado como um cenário sem muitas preocupações. Essa realidade está sendo fortemente questionada pelos movimentos sociais.

Nesse sentido, as avaliações do sistema educacional brasileiro demonstram uma dívida com a população não alfabetizada que ficaram fora da escola por tempos, bem como a dívida que se tem com muitas crianças brasileiras não alfabetizadas que estão na escola, e em sua maioria permanece sem muito sucesso nas escolas do campo e também nos assentamentos rurais.

Nos assentamentos rurais e áreas indígenas, esses números são muito mais altos e persistentes.

Embora passado muitos anos após a aprovação da Constituição Federal que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino fundamental, muito ainda é que precisa ser feito. A típica escola rural, sobretudo em regiões distantes das grandes metrópoles, ainda é aquela em precárias condições, sem banheiro, água potável, isolada e de difícil acesso, com atuação unidocente em turma multisseriada.

Desta forma o assentamento vem sendo uma forma de garantir uma educação aos camponeses, é uma forma de continuarem sua escolarização em seu próprio local de produção agrícola.

Este TCC traz como título “O Panorama da Educação Escolar no Assentamento Rural no município de Amaturá/AM”. O objetivo geral: do estudo foi realizar um diagnóstico quanti-qualitativo em educação do campo no assentamento rural de Amaturá/AM, analisando os principais desafios vivenciados por seus professores; e como específicos foram: Mapear a escola do campo localizada em assentamento rural, considerando seus aspectos físicos, didático-pedagógicos, geográficos, socioculturais e humanos; e entender como a escola está organizada referente às etapas de ensino, calendário escolar, turnos de funcionamento; e verificar os principais desafios vivenciados pelos professores.

Este trabalho foi realizado no município de Amaturá em assentamento rural na comunidade Guarani, na escola com mesmo nome da comunidade. A pesquisa foi realizada com base na abordagem qualitativa, através de aplicação de questionários e entrevista com professores e gestor da escola, além da pesquisa de campo na própria comunidade.

Este TCC traz três capítulos. O primeiro trata da justificativa da escolha pela temática, as opções teórico-metodológicas que possibilitaram as reflexões a respeito da temática e os caminhos metodológicos construídos no decorrer da pesquisa, bem como os sujeitos e o campo da pesquisa. O segundo capítulo traz uma discussão teórica sobre o que é assentamento rural e a reforma agrária, e a educação escolar em assentamentos rurais no Brasil e no contexto mais local. E o terceiro capítulo apresenta o resultado, análise e discussão dos dados

coletados, diante da prática de campo realizada, questionários e entrevistas com os sujeitos.

1. JUSTIFICANDO AS OPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Este capítulo tratará de algumas reflexões que justificam a escolha pela temática de pesquisa, bem como abordará sobre as opções teóricas e a metodologia trilhada ao longo desse caminho.

1.1 A ESCOLHA PELA TEMÁTICA DE PESQUISA: ALGUMAS REFLEXÕES

O estudo surgiu da iniciativa de fazer parte de um projeto de pesquisa Programa de Iniciação a Pesquisa da UFAM (PIBIC) e, como acadêmica que se inseriu nas atividades desenvolvidas pelo contexto do Observatório da Educação do Campo no Alto Solimões. Durante o período de estudo também pude participar de uma prática de campo na disciplina de Prática da Pesquisa Pedagógica III que foi realizada na comunidade de Limeira pertencente do município de Tabatinga/AM, esta atividade intensificou ainda mais minha curiosidade acerca da educação na área rural.

O meio rural nunca foi desconhecido para mim, pois, sou originária de uma comunidade ribeirinha denominada Caturιά (Amaturá). Minha família viveu no campo e ainda vive do campo. Caturιά é uma comunidade que dista da cidade cerca de um dia todo de viagem, realizado de peque-peque com uma velocidade de aproximadamente 9Hp e dura em torno de 3 horas de viagem. Muitos que residem lá vivem da agricultura e pesca. Por não ter escola na comunidade, muitos são considerados “analfabetos” ou com pouca escolaridade, por isso há uma constante migração para a cidade, com único objetivo: oportunidade de ensino. E percebemos historicamente que esta tem sido a cena em muitos lugares do país.

Nesse contexto, minha vida foi marcada pelas lembranças de morar em uma comunidade ribeirinha, da qual tive que sair ainda criança em busca de escolarização. Minha infância sempre foi na comunidade em que meus pais, avós, e tios viviam, porém quando chegou a idade em que dava início aos estudos, meus pais tiveram que migrar para a cidade, pois, na comunidade não tinha acesso à escola e, até hoje, posso dizer que na comunidade que pertencço não tem ainda acesso à educação escolar.

Quando cheguei na escola pela primeira vez eu percebi um olhar dos meus colegas e professores com uma certa indiferença em sala de aula, sempre

eu me perdia nos conteúdos, nas explicações e de certa forma acabava ficando para trás.

No ano de 2021 atuei como professora na escola Municipal Guarani no município de Amaturá. Foi tudo muito novo para mim e enfrentei dificuldades que hoje me servem como aprendizagens. Me deparei com uma comunidade e uma escola sem estrutura adequada, as salas de aulas muito quente sem ventilação, sem sala de professores e sem a merenda escolar para os alunos, o bem como os professores tinham que levar seu café, almoço e merenda feitos em suas casas, porque na escola muitas vezes não tinha nem água e estava sem gás para fazer as refeições.

Logo no início foi um desafio ter que deixar minha família na cidade e ir para a comunidade trabalhar, porém que ainda estávamos em meio a pandemia Covid-19 e as aulas estavam sendo de forma híbrida e durante a semana só era possível ir uma vez na comunidade ver os alunos e atendê-los.

Diante disso, as atividades estavam sendo desenvolvidas de forma remota, íamos em um dia da semana pegar as atividades que foram entregues na semana passada e logo em seguida já deixar a próxima apostila. Eu trabalhava com turmas multisseriadas, porém as atividades que eram produzidas vinha da Secretária de Educação da cidade e os professores tinham que levar impressas para os alunos. Então os alunos que eram considerados defasados daquela série era entregue uma apostila que era da série anterior e os que estavam em seu ano normal eram entregues de sua série. Contudo, tinha que haver um certa atenção para isso.

Desta forma, os alunos tinham muitas dificuldades e muitas vezes as apostilas eram entregues em branco sem nada respondido, por motivo de não saberem responder, sem saber ler. Os pais considerados analfabetos e por trabalhar na agricultura não conseguiam ajudar seus filhos. Então como na primeira semana como eu não sabia como eles eram e quais suas dificuldades, então eu fiz um levantamentos de dados sobre eles. E percebi que havia vários níveis de ensino naquelas turmas, uns não sabiam ler, escrever, interpretar ou até mesmo conhecer as letras do alfabeto, isso em uma turma de terceiro ano dos anos iniciais.

Contudo, nos dias em que passei na comunidade eu tinha que me desdobrar, mas nada disso me atingia, pois sempre gostei de ensinar crianças e

no campo as dificuldades se intensificam, assim o nosso olhar sobre os alunos do campo deve ser sempre mais atencioso, pois eu sei como é viver em lugar onde não há muita comunicação ou muitos meios de aprender.

1.2 METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido com base na abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2002) é uma preocupação em compreender a prática que se dá na realidade. Ela se preocupa com nível de realidade de que não pode ser quantificado. Segundo Dencker (2000), a pesquisa qualitativa é uma característica importante é a utilização de diferentes técnicas de coleta de dados em campo, sendo que as mais utilizadas são a entrevista aberta e a observação do ambiente. Com isso observamos a importância da pesquisa qualitativa, onde o pesquisador poderá estar dialogando com o sujeito.

Valorizado suas falas, conhecimentos e percepções, com a observação direta o pesquisador tem um olhar mais claro sobre a realidade, tendo um contato mais direto com a realidade presente e tendo a possibilidade de conseguir e aproximar das percepções dos sujeitos.

No estudo bibliográfico foram consultados livros, artigos, pesquisar em sites, monografias, dissertações em relação ao tema de estudo, para que assim o trabalho pudesse ficar bem fundamentado.

Segundo Gil (2008), a observação nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano. Por meio da observação, como Ludke e André (1986, p. 26) citam:

Chegar mais perto da “perspectiva dos sujeitos”. Na medida em que o observador acompanha *in loco* a vivência, as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações.

Podemos dizer que é através da observação dos fatos que podemos está fazendo anotação e registrando os acontecimentos, sendo que o pesquisador tem que estar atento a qualquer acontecimento e focado principalmente nos seus objetivos da pesquisa.

Pesquisar é observar a realidade [...] para obter informações sobre o mundo” [...]. Por isso, a técnica da observação não estruturada é

valorizada principalmente pelas pesquisas qualitativas, pois procura “registrar os fenômenos como e na medida em que ocorrem e o pesquisador assume um papel importante” (DENCKER 2000, p. 103).

A pesquisa se concentrou nos seguintes itens:

a) Dados de identificação da escola, estrutura e infraestrutura, b) organização, funcionamento e recursos humanos; c) desafios enfrentados pelos professores. A partir disso buscamos utilizar técnicas adequadas à coleta de dados necessários para responder aos objetivos propostos neste estudo. As técnicas foram estudo bibliográfico, observação, entrevista, questionário e levantamento documental.

O questionário foi um instrumento que se apresentou como uma possibilidade importante na realização desta pesquisa, pois permitiu de forma mais rápida chegar às informações desejadas. Segundo Marconi e Lakatos (2003) é um instrumento de coleta de dados constituído por perguntas acerca do estudo.

A experiência com a aplicação do questionário se deu com a gestora da escola, onde foi realizado na comunidade. No primeiro momento me apresentei como acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia expliquei que os dados coletados eram importantes e serviriam de base para meu trabalho de que estava sendo desenvolvido pelo Programa de Iniciação a Pesquisa-Pibic e seria aproveitado para o meu Trabalho de Conclusão do Curso. No segundo momento ocorreu a aplicação do questionário, busquei saber através das perguntas que nele continha sobre a estrutura e infraestrutura da escola; dados de funcionamento, organização e outros.

Já a entrevista, segundo Marconi e Lakatos (2003) é um momento de obter informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação. A entrevista foi realizada com 4 (quatro) profissionais professores que trabalham na escola da comunidade, os sujeitos da pesquisa foram selecionados aleatoriamente e por já ter um contato mais próximo com eles, facilitou o contato com todos, pois já havia trabalhado na comunidade como professora e assim já havia um certo laço de confiança entre nós.

Desta forma lancei a pergunta para eles “Relatos de experiências: falando de quais os principais desafios são enfrentados como professor(a) na área do campo, principalmente você sendo da cidade e indo para campo?”

Nesse processo também foi importante o uso de alguns documentos tais como calendário escolar, documentos no site do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Os documentos consultados possibilitaram o entendimento acerca das informações sobre os assentamentos e seus índices, fundação famílias assentadas, além de analisar questões mais pedagógicas.

Durante as técnicas de coleta de dados foram utilizados instrumentos como caderno de campo e celular para gravar áudios e imagens. As imagens ou fotografias evidencia aspectos estruturais, matérias e humanos da escola, lócus da pesquisa. Devido não está em Amaturá, nesse momento da coleta de dados, realizei a entrevista de forma remota, com uso do Whatsapp. A pergunta foi feita individualmente, deixei livres para responderem, uns mandaram vídeos, áudios e mensagens de texto.

A fotografia, segundo Poupart, et al (2012) tem sido considerado um importante recurso metodológico, pois apresenta-se como uma proposta de análise relevante na medida em que as fotografias são cada vez mais utilizados como formas genuínas e como fontes de dados em pesquisas científicas. E nesse trabalho foi essencial, pois trouxe um enriquecimento, fundamentando e dando visibilidade do contexto, com suas imagens sobre a pesquisa desenvolvida na comunidade.

A pesquisa de campo, segundo Marconi e Lakatos (2003, p.183) é:

Aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Segundo Gonsalves (2001) descreve a pesquisa de campo como:

O tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...]. (p.67)

Para Duarte (2002) a pesquisa de campo como uma busca feita por um pesquisador, cujo olhar dirige-se para locais já conhecidos por muitos, mas, sempre, com uma maneira diferente de olhar e de pensar determinada realidade a partir da experiência e da apropriação do conhecimento, que são muito pessoais.

Assim, a pesquisa de campo é uma parte importante da pesquisa, pois permite extrair dados e informações diretamente da realidade do objeto de estudo.

De acordo com Minayo (1994), a pesquisa de campo é o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação.

A pesquisa de campo também possibilita que o pesquisador colete os dados necessários, como a melhor forma de aplicar a entrevista ou questionários avaliativos, que irão trazer resposta ou resultados para à pesquisa. E a pesquisa de campo para seu melhor desenvolvimento acontece quando o pesquisador já se tem domínio sobre o que está pesquisando. E de acordo com Suertegaray (2002), descreve o trabalho em campo como:

O trabalho de campo é um instrumento de análise geográfica que permite o reconhecimento do objeto e, que, fazendo parte de um método de investigação, permite a inserção do pesquisador no movimento da sociedade como um todo. (SUERTEGARAY, 2002)

A pesquisa de campo deve ser realizada e coletada conforme o objetivo da pesquisa e baseada na fundamentação teórica que previamente já deve estar pronta, buscando sempre compreender e explicar o objeto de estudo da pesquisa.

1.2.1 O CAMPO E AS PROFESSORAS SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida em uma comunidade de assentamento rural de Amaturá/AM, com populações assentadas por diferentes projetos da Reforma Agrária. Nestas localidades vivem e trabalham famílias oficialmente assentadas.

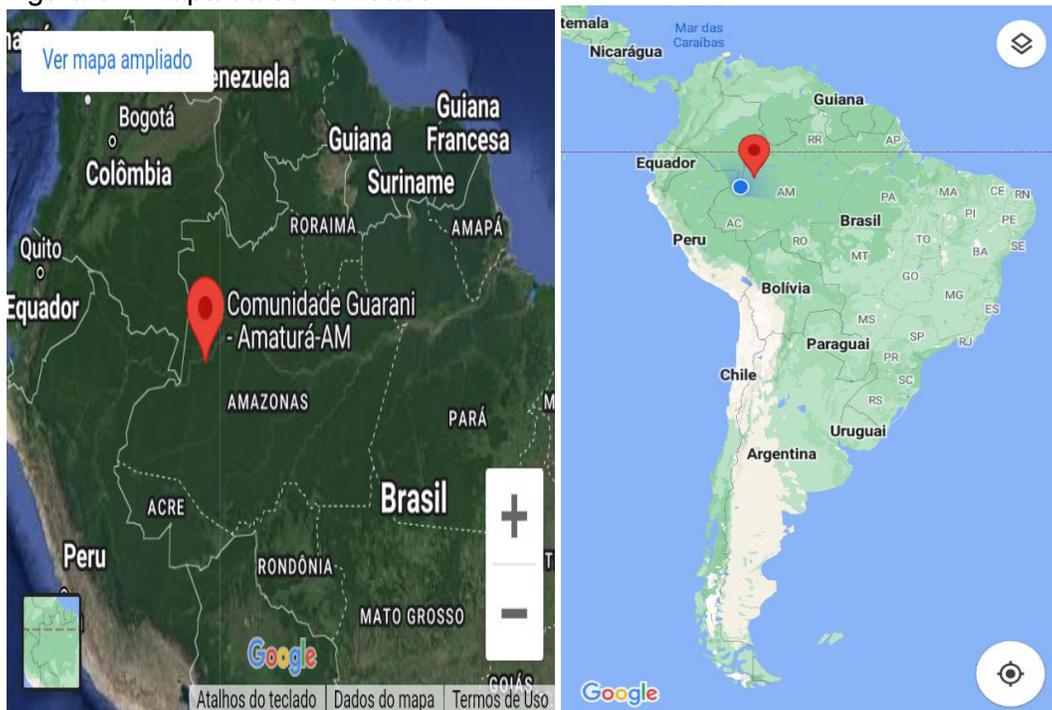
Devido à ampla extensão territorial e o número de municípios e localidades de difícil acesso na região selecionamos apenas um assentamento para o presente estudo. Os critérios de seleção das localidades foram: a) ser um assentamento rural; b) a localidade pertencer ao município citado, no caso Amaturá; c) proximidade com sede do município, tendo em vista a não disponibilidade de transporte pela instituição, tendo que arcar com todos os gastos, incluindo combustível, pagamento de barco fluvial por viagens ao local da pesquisa.

A proposta de pesquisa atingiu o público comunidade alvo/ projeto: assentamento Guarani- Projeto PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista), localiza-se em uma área de ecossistema de terra firme, no município de Amaturá, a 3,5km da sede em linha reta do porto da cidade. Possui uma área 9.261,6 ha. Acesso via fluvial com o tempo de aproximadamente 30 minutos. Atualmente é constituída por 187 famílias assentadas, oficializada desde 1982.

A pesquisa foi realizada na comunidade rural Guarani e na escola Municipal Guarani. Segundo os dados que foram encontrados no site do INCRA (2017), a comunidade possui 320 pessoas assentadas, com a capacidade que pode ter até aproximadamente 400 assentados. O assentamento foi criado no dia 30/12/2008.

A comunidade assentamento Guarani está situada no município de Amaturá/AM, para a chegada enfrentamos percurso pelo rio Solimões estipulando uma distância em torno de 23,6 Km, que dura em cerca de 3 horas de viagem para chegar na comunidade.

Figura 01: Mapa da comunidade



Fonte: Google mapas. Acesso em: 14/09/2022

A Escola Municipal Guarani está situada na comunidade de Guarani da referida comunidade, é uma instituição da Rede Pública Municipal de Ensino, mantida pela Secretaria Municipal de Educação, criada legalmente em 2009,

através do decreto de lei nº 37 de junho de 2009. Segundo fontes históricas, o nome da Escola originou-se através da comunidade Guarani, pelo fato de a mesma ter indícios de moradores antepassados Índios Tupis Guarani.

Figura 02: Escola Municipal Guarani



Fonte: SANTOS, 2022.

A pesquisa foi desenvolvida com a gestora e professores. Os sujeitos são profissionais que vem da cidade e ficam para trabalhar. A gestora construiu sua família e já vive na comunidade. No total são 8 (oito) professores que estão atuando na escola, sendo que 5 (cinco) são da cidade. Destes 4 participaram da pesquisa. Os sujeitos que fizeram parte da entrevista são 3 (três) professores da cidade e 1 (um) sendo da comunidade.

O primeiro entrevistado chamado de professor “A”, tem 37 anos é pertencente/morador da comunidade já atua como professor há 6 anos na escola, tem o ensino superior, graduado em Pedagogia.

O segundo entrevistado o professor “B”, tem 27 anos e é da cidade e vai para comunidade trabalhar pouco menos de um ano, ainda não tem sua graduação completa, trancou sua faculdade no 7º período, cursava Pedagogia.

A terceira entrevista foi com a professora “C”, ela é da cidade, tem 35 anos, sua formação é em Licenciatura em Letras, pós graduada em Metodologia e Literatura Brasileira, atua na educação do campo há 9 anos.

A professora “D” tem 37 anos, é graduada em Licenciatura em Letras, é da cidade e vai para comunidade trabalhar. Esses foram os sujeitos que fizeram e colaboram na minha pesquisa do meu trabalho de conclusão de curso.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O QUE É ASSENTAMENTO RURAL E A REFORMA AGRÁRIA

O termo assentamento, segundo Fabrini (2000, p. 67) “[...] surgiu no interior do Estado e refere-se às ações que têm por fim ordenar ou reordenar recursos fundiários com alocações de populações para solução de problemas socioeconômicos [...]”. Assim sendo as famílias buscam conquistar seu espaço no campo, para produção de seu sustento.

Segundo Vendramini (2000), os assentamentos rurais no Brasil, constituídos a partir da década de 1980, como fruto das lutas de trabalhadores do campo, organizadas especialmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tem-se constituído em territórios de disputa. Disputa que vai além da conquista da terra, pois envolve questões econômicas, políticas, culturais, sociais e educacionais.

Os assentamentos também podem ser áreas de usos comunitárias e para construção de estruturas coletivas, como as escolas, igrejas, unidades de saúde, centros comunitários e área de esportes, e vem sendo um meio das famílias assentadas obterem o ensino aos seus filhos sem que haja necessidade de sair de sua comunidade e ir morar na sede do município.

Segundo Medeiros (1999) diz que, os assentamentos rurais podem ser entendidos como o resultado de processos de reforma agrária que possibilitam o acesso à terra para fins agrícolas, agropecuários e agroextrativistas para trabalhadores sem-terra ou com pouca terra. Frente ao conceito apresentado cabe saber então o que é reforma agrária.

De acordo com Coelho e Freitas (2021), por reforma agrária, entende-se as ações e os programas realizados e implementados pelo Estado/Governos que visam distribuir e democratizar o acesso à terra para aqueles que querem nela trabalhar, viver e permanecer. Logo, as ações de reforma agrária visam desconcentrar a propriedade da terra, perpassando por uma questão/compromisso política/o.

Nesse sentido, a reforma agrária é um caminho para desenvolver a dignidade de milhares de pessoas, havendo assim as retribuições de terras para garantir condições de sustentação por parte dos produtores rurais, é também

uma questão estrutural das questões econômicas, a questão da pobreza, a questão das injustiças sociais.

A Reforma Agrária é o conjunto de ações e medidas voltadas para garantir a distribuição justa das terras, alterando os regimes de uso e propriedade, a fim de garantir que a maior parte das terras agricultáveis encontre-se nas mãos de uma quantidade correspondente de trabalhadores rurais. Em resumo, a política de reforma agrária visa romper com a máxima: "muita terra nas mãos de poucos", ou seja, objetiva acabar ou diminuir consideravelmente a quantidade de latifúndios no meio rural (PENA, s/d).

Segundo Oliveira (2005), quando se estuda a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso à terra, verifica-se que desde os primórdios do período colonial até os dias atuais essa distribuição foi desigual. A luta pela terra é um dos principais elementos para mostrar e compreender a questão agrária. Para Guanzioli *et al.* (2001, p. 189):

[...] a reforma agrária continua sendo um instrumento legítimo para dar acesso aos trabalhadores a um bem essencial de produção, que é a terra, e com base nesta permitir o acesso a outros meios necessários, desde a infra-estrutura básica até os requerimentos mais essenciais para uma condição digna de vida, ou seja, as condições para as famílias assentadas exercerem a cidadania.

Na questão agrária ocorreu algo parecido ao que ocorrera com o problema da escravidão, com isso os escravos se reuniram em grupos por luta pela liberdade. E assim conseguiram um fim para a escravidão, porém as ideias que divergem desta como a de Martins (1999):

O fim da legalidade da escravidão no Brasil não foi fundamentalmente resultado de uma luta dos escravos e sim de uma luta das classes dominantes, sobretudo dos chamados liberais exaltados, para que os grandes proprietários de terra fossem, eles sim, libertados do ônus econômico e das irracionalidades econômicas do cativo. (MARTINS, 1999, p.102).

Após o descobrimento do Brasil pelos portugueses, estabeleceu-se a estratégia de ocupação das terras abundantes utilizando pouca mão de obra local. As plantações voltaram-se para a exportação, utilizando mão de obra composta majoritariamente por escravos africanos. Apesar da abundância de terras, o acesso à terra sempre foi dificultado pela presença perene do "proprietário".

A pecuária foi introduzida por causa da demanda por carne e animais de tração e carga tanto da empresa agromercantil quanto da posterior exploração mineira. A mão de obra tanto para agricultura quanto pecuário era a mão de obra escrava de índios e posteriormente negros africanos.

A reivindicação da reforma agrária, nasceu nos anos cinquenta como reivindicação dos setores esclarecidos da classe média urbana, mas no de 1964 já existia o Estatuto da terra:

No Brasil, apesar de o Estatuto da Terra existir desde o ano de 1964, a Reforma Agrária pouco avançou nas últimas décadas. Na verdade, os pequenos avanços só se iniciaram a partir da década de 1990, quando houve um maior número de desapropriações de latifúndios improdutivos. No entanto, essa distribuição não foi acompanhada de uma política pública de manutenção das famílias que recebiam as novas terras. Assim, os camponeses não dispunham de condições financeiras para investir e nem de um sistema de integração logística para escoar suas produções. (PENA, s/d)

A luta por uma reforma agrária quase não adiantou muito, pois, o estado ainda sofria com o preço de tinha que pagar por um simples pedaço de terra:

Outro fator que dificulta a diminuição da concentração fundiária no Brasil é a elevação do valor do preço da terra. Com isso, as desapropriações mediante indenização tornaram-se inviáveis, pois o Estado deveria desembolsar muito para adquirir uma pequena quantidade de terras que, sem estrutura, não teria condições de produzir com qualidade. Soma-se a isso a pressão política e econômica do agronegócio no Brasil, que se preocupa em direcionar a linha produtiva para o mercado estrangeiro. (PENA, s/d)

A principal organização popular que luta pela implantação da reforma agrária no Brasil é o MST¹ e o órgão federal responsável pela sua operacionalização é o INCRA². Essas duas organizações tentam ter um Brasil, mas com menos pobreza, com mais oportunidades de um futuro melhor, com uma alfabetização para aqueles que moram no campo que não terem condições de virem para cidade atrás de um ensino médio ou até mesmo superior.

No Brasil, a Constituição de 1988 garante a desapropriação do latifúndio improdutivo para finalidade pública e interesse social, como a desapropriação da terra com finalidade de reforma agrária ou para a criação de reservas ecológicas,

¹- Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra

²- Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária

não sendo permitida, no entanto, a desapropriação de propriedades que tenham sido invadidas.

Atualmente no país de acordo com o painel do Incra 2018, ao final de 2017 existiam 972.289 famílias assentadas em 9.374 assentamentos no país. Os assentamentos rurais, são concedidos aos trabalhadores do campo e encontrados comumente em regiões extremas, são formados a partir da desapropriação de grandes porções de terras improdutivas, com a regularização de seu uso e condições pelo Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2018), responsável pela formulação e execução das políticas fundiárias no Brasil.

Hoje no Brasil existem vários tipos de assentamentos distribuídos por vários municípios, que são reconhecidos e implantado pelo poder público federal ou estadual. Sendo assim, cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece e suas respectivas modalidades. A tabela abaixo apresenta as modalidades de assentamento atuais criados pelo Incra e suas características ou finalidades.

Tabela 01: Modalidades de Assentamentos

Modalidades de Assentamentos		
GRUPO I - Modalidades de Projetos criados pelo Incra atualmente- 2021		
MODALIDADE	SIGLA	CARACTERÍSTICAS
Projeto de Assentamento Federal	PA	Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; Aporte de recursos de crédito Apoio Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União.
Projeto de Assentamento Agroextrativista	PAE	Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; Aporte de recursos de crédito Apoio Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da união; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União; Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas; Atividades ambientalmente diferenciadas.

Projeto de Desenvolvimento Sustentável	PDS	<p>Projetos de Assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc.);</p> <p>Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra;</p> <p>Aporte de recursos de crédito Apoio Instalação e de crédito de produção (Pronaf A e C) de responsabilidade do Governo Federal;</p> <p>Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União;</p> <p>Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação é de responsabilidade da União.</p>
Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável	PDAS	<p>Modalidade descentralizada de assentamento destinada ao desenvolvimento da agricultura familiar pelos trabalhadores rurais sem-terra no entorno dos centros urbanos, por meio de atividades economicamente viáveis, socialmente justas, de caráter inclusivo e ecologicamente sustentáveis;</p> <p>As áreas serão adquiridas pelo Incra por meio de compra e venda ou ainda doadas ou cedidas pelos governos estaduais e municipais;</p> <p>Os lotes distribuídos não podem ter área superior a dois módulos fiscais ou inferior à fração mínima de parcelamento em cada município;</p> <p>O desenvolvimento das atividades agrícolas deve garantir a produção de hortifrutigranjeiros para os centros urbanos;</p> <p>O Incra e o órgão estadual ou municipal de política agrária, ou equivalente, deverão firmar Acordo de Cooperação Técnica visando garantir as condições mínimas necessárias para que as famílias assentadas tenham acesso às políticas públicas para o desenvolvimento do futuro projeto de assentamento.</p>

Fonte: Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>

O Incra já criou e tem cadastrado em seu Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária (SIPRA) Projetos de Colonização (PC), Projetos Integrados de Colonização (PIC), Projetos de Assentamento Rápido (PAR), Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), Projetos de Assentamento Conjunto (PAC) e Projetos de Assentamento Quilombola (PAQ). Todas essas modalidades deixaram de ser criadas a partir da década de 1990, quando entraram em desuso³.

³ Fonte: Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>

Tabela 02: **Modalidades de áreas reconhecidas pelo Incra**

Grupo 2 - Modalidades de áreas reconhecidas pelo Incra		
MODALIDADE	SIGLA	CARACTERÍSTICAS
Projeto de Assentamento Estadual	PE	<p>Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade das Unidades Federativas;</p> <p>Aporte de recursos de crédito e infraestrutura de responsabilidade das Unidades Federativas segundo seus programas fundiários;</p> <p>Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (Pronaf A e C) mediante convênio;</p> <p>Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos a infraestrutura básica;</p> <p>O Incra reconhece os Projetos Estaduais como Projetos de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária;</p> <p>Titulação de responsabilidade das Unidades Federativas.</p>
Projeto de Assentamento Municipal	PAM	<p>Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade dos municípios;</p> <p>Aporte de recursos de crédito e infraestrutura de responsabilidade dos municípios;</p> <p>Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (Pronaf A e C) mediante convênio;</p> <p>Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos a infraestrutura básica;</p> <p>O Incra reconhece os Projetos Municipais como de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária;</p> <p>Titulação de responsabilidade dos municípios.</p>
Reservas Extrativistas	RESEX	<p>Reconhecimento pelo Incra de áreas de Reservas Extrativistas (Resex) como Projetos de Assentamento viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária;</p> <p>A obtenção de terras não é feita pelo Incra, mas pelos órgãos ambiental federal ou estadual quando da criação das RESEX.</p>
Reservas Extrativistas	RESEX	<p>Reconhecimento pelo Incra de áreas de Reservas Extrativistas (Resex) como Projetos de Assentamento viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária;</p> <p>A obtenção de terras não é feita pelo Incra, mas pelos órgãos ambiental federal ou estadual quando da criação das RESEX.</p>
Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto	PFP	Projetos criados pelos estados ou municípios;

		Esses projetos são reconhecidos o pelo Incra como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem ao Pronaf A.
Reassentamento de Barragem	PRB	A implantação é de competência dos empreendedores e o Incra reconhece como beneficiário do PNRA, quando eles passam a ter direito ao Pronaf A, Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES) e Pronera.
Floresta Nacional	FLONA	A obtenção de terras não é feita pelo Incra, mas pelos órgãos ambiental federal quando da criação das FLONAS.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	RDS	De competência do Ibama; São unidades de conservação de uso sustentável reconhecidas o pelo Incra como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos como créditos de implantação e produção (Pronaf A); O reconhecimento de RDS como beneficiária do PNRA, feito por analogia, à portaria de reconhecimento das RESEX.

Fonte: Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>

Nos dois quadros apresentados acima percebemos que existem diversas modalidade de assentamentos e também os já reconhecidos pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e os que foram reconhecidos atualmente e suas determinadas características.

No Amazonas há total de 64.480 mil assentamentos foram dados que encontrei no site do INCRA⁴ no ano de 2017. No município de Amaturá/AM, há tem um assentamento que é o Assentamento Guarani, que no ano de 2021 totalizou 320 pessoas assentadas e a capacidade que pode equivalente de assentados que pode ter na comunidade é 400 assentados, o assentamento foi criado no dia 30/12/2008.

2.2 A EDUCAÇÃO ESCOLAR NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO BRASIL

Segundo Kolling *et al.* (2002) o campo existe e é legítima a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para quem vive nele. No campo estão milhões de pessoas desde a infância até a terceira idade; o povo do campo têm uma raiz própria, um jeito de viver e de trabalhar distinta

⁴ Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas//index.php>. Acessado em 14/07/2022

do mundo urbano, bem como de viver e de organizar a família, a comunidade, o trabalho e a educação.

A educação do campo existe desde a criação das atividades agrícolas, porque já existiam povos em seus devidos territórios e com a permanência dos grupos que habitavam percebia-se que os processos educativos eram fundamentais para manterem-se e melhorarem a tradição e as criações.

Educação do Campo perpassa diferentes aspectos, tais como culturais, sociais e políticos, na qual se pode afirmar que esta modalidade de educação ganhou força devido às lutas sociais. Segundo Arroyo (2004) a Educação do Campo se estabeleceu vinculada à luta dos movimentos sociais:

O movimento social no campo representa uma nova consciência do direito à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, a saúde e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizaram, os riscos que assumem, mostra quanto reconhecem sujeitos de direitos. (ARROYO, 2004, p.73).

Nos anos de 1980 aconteceu um Assembleia Constituinte, que tratava sobre a perspectiva popular e as evidencição de que o acesso do povo à escola necessariamente demanda transformações em conteúdo, métodos e formas ficaram mais evidentes, no Brasil, que envolvia o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e outros movimentos sociais do campo, e também, nos anos de 1990, com o debate e a disputa pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96.

Com a aprovação da Constituição de 1988, a educação passa a ser destacada como “Educação um direito de todos”, na qual, ressalta-se que a educação deve ser direito de todo cidadão, logo, com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96 no seu artigo 28 que trata da Educação do Campo percebe-se que esta modalidade de educação passa a conquistar seu espaço de direito nas agendas políticas, fortalecendo as lutas das organizações sociais que defendem uma Educação do Campo que expresse o trabalhador rural, enfatizando não somente seu lugar de trabalho, como também moradia, história, cultura, lazer e as mais diversas possibilidades. (SILVA e SOUZA, 2021 p.13)

A educação é um direito, condição essencial para o desenvolvimento. Todos têm direito à educação independente que classe social, se for de cidade ou do campo, todos nós sabemos a importância do educar na vida das pessoas,

a importância de ter um estudo, de estar numa escola e se manter lá, por mais que passe por dificuldades principalmente de como chegar na escola, sofrer preconceitos ou qualquer que seja os seus desafios.

Essas são referências fundamentais para compreender o processo de construção da educação do campo por mais que essas referências sejam básicas, elas estão em risco permanente, porque o direito pode não ser respeitado.

Além de uma necessidade, a escola deve ser diferente. Tal concepção também já aparece nas primeiras iniciativas educacionais do MST. Ser diferente da escola tradicional, da escola da cidade, da escola que subordina, da escola que se reduz à sala de aula, da escola que nega o movimento social e suas lutas. As famílias querem uma escola que, além de instruir seus filhos, seja um espaço acolhedor, aberto às suas crianças, com educadores identificados com suas causas. Assim nasce a preocupação com a escola e com a educação de forma mais ampla. Anos mais tarde, em 1988, constituir-se-á o setor educacional do MST. (VENDRAMINI, 2000 p. 03)

De acordo com Unesco (2016), uma educação melhor leva a maior prosperidade, à melhoria da agricultura, a melhores resultados de saúde, a menos violência, a mais igualdade entre os sexos, a capitais sociais mais elevados e a um ambiente natural melhorado. A educação é a chave para ajudar as pessoas em todo o mundo a compreender por que o desenvolvimento sustentável é um conceito tão vital para nosso futuro comum a educação é essencial em qualquer ambiente.

Mudança, transformação e superação são palavras recorrentes nos documentos referentes à educação, porque falar isso a educação do campo é uma conquista quem trabalha no campo sabe, não é fácil trazer mudanças, transformar e mais superar as dificuldades nela encontrada. São lutas todos de todos os dias, são perigosos encontrados em todo lugar e o melhor são vitórias que nos mostra que isso tudo vale a pena.

[...]a educação não realizará todo o seu potencial a menos que as taxas de participação aumentem de forma contundente e o desenvolvimento sustentável guie a reforma do sistema educacional. Ele também alerta para o impacto destrutivo que mudanças climáticas, conflitos, consumo insustentável e a lacuna cada vez maior entre ricos e pobres têm sobre a educação. É necessária uma mudança drástica para criarmos futuros sustentáveis para todos. (UNESCO, 2016)

A origem da educação rural está na base do pensamento latifundista empresarial, do assistencialismo, do controle político sobre a terra e as pessoas que nela vivem. [...] Enquanto a Educação do Campo vem sendo criada pelos povos do campo, a educação rural é resultado de um projeto criado para a população do campo, de modo que os paradigmas projetam distintos territórios. Duas diferenças básicas desses paradigmas são os espaços onde são construídos e seus protagonistas (FERNANDES; MOLINA, 2004).

A educação do campo é um elemento fundamental para aqueles que vivem no campo e está estruturada em uma política educacional bem organizada, a educação do campo destina-se para aqueles que nela vivem, portanto constrói uma identidade construtiva com um projeto educativo direcionado especificamente as comunidades rurais. Assim algumas práticas pedagógicas que são aplicadas na escola:

Ao decidir pela seleção, forma de organização e distribuição dos conhecimentos, as comunidades definem sua própria caminhada de opção teórico- metodológica transformadora, envolvendo suas discussões nas opções de concepção de homem, de sociedade e de educação. (ANTONIO; LUCINI, 2007, p.188).

A educação em assentamentos rurais é considerado aquela que atende as especificidades rurais e oferece uma educação de qualidade, adequada ao modo de viver dos alunos, dos comunitários, pensar e produzir das populações identificadas com o campo de construções de conhecimentos relevantes a eles que vivem em um diversidade imensa como a forma de viver, de conhecer aquilo que está ao seu redor. De acordo com o autor Henriques et al (200, p.81):

Assim é reconhecido que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida nas cidades, extrapolando a noção de espaço geográfico e compreendendo também as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses indivíduos.

De acordo com o autor, ressaltamos que estudar ou trabalhar no campo é uma forma de ensinar e aprender juntos com os alunos, pois eles vivem em um lugar onde cada indivíduo possui sua cultura, tradições, costumes e ensinamentos diferenciados. Eles vivem em um espaço geográfico que se pode

haver várias formas de ensinar, de baixo de uma árvore, nos igarapés que lá existem, os peixes e etc.

Os assentados devem ser vistos, portanto, como identidades em construção a partir da realidade de convivência nos próprios assentamentos, onde redes de relações se formam, surgem novas relações de vizinhança, de manifestações culturais, religiosas etc.

Há graves problemas na educação no campo faltam espaço nas escolas para atender a população, infraestrutura, docentes qualificados, falta da educação inclusiva, além de elevado índice de analfabetismo. Apesar das dificuldades, obstáculos que aparecem no ensino em meio rural são preocupantes, porém, quando conseguirmos ensinar e aprender juntos é uma alegria imensa diante de tantos problemas, mas no final conseguimos alcançar o que queríamos.

De acordo com a Silva e Souza (2021, p.12), a história da Educação do Campo no Brasil ainda passa por grandes obstáculos e dificuldades, tendo em vista que o modelo da escola do campo segue o mesmo modelo da cidade, logo, percebe-se que este tipo de educação é tratado como política compensatória, uma vez que, este tipo de educação para as populações do campo é sempre trabalhado a partir de um currículo fundamentalmente urbano e na maioria das vezes, desarticulado das necessidades e da realidade do campo. E como sabemos que a educação do campo deve ser vista de forma diferenciada da urbana, sabendo compreender e relacionar os problemas e as dificuldades que o ensino sofre.

A educação do campo foi pensada em contraponto à visão de camponês e de rural como se fossem sinônimo de arcaico e atrasado. Esta educação considera e valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses como sendo um lugar para construção de novas possibilidades de reprodução social, de desenvolvimento sustentável e ainda enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade e identidade dos atores sociais (SOUZA, 2008).

A educação em assentamentos é pensada de forma que os educadores saibam a realidade de cada educando, a forma de vida deles que são sujeitos de um contexto de luta e que o trabalhado é uma forma digna de viver, são pessoas de um movimento onde houve conflitos.

Se trata de um movimento social que se preocupa não apenas com a construção de escolas e com a ocupação das crianças em seu tempo livre, mas também que seja garantido a oferta dentro desses espaços, uma educação que conceda a capacidade de reflexão da realidade e o questionamento de como se chegou até ali e porque é tão importante lutar, para que o campo seja um ambiente de oportunidades, permitindo que todos se enxerguem como sujeitos sociais, produtores de cultura. (SOUZA, 2019, p.08)

Neste sentido, as escolas em assentamento são pensadas como um lugar de práticas inovadoras, de uma educação pensada dentro da realidade de um movimento social com sujeitos trabalhadores do campo com funções específicas nesse ambiente que irão garantir a sua sobrevivência com agricultor e principalmente como sujeito social em uma sociedade que exerça suas próprias realidades.

Segundo Souza (2019), o princípio pedagógico é o vínculo entre educação e cultura, que diz respeito a tudo que fazemos, pensamos, o modo como agimos, nossa forma de expressão, nosso jeito de viver além dos nossos costumes, tradições, religião e os saberes tradicionais que carregamos em geração e geração. Todos esses elementos são partilhados e são valorizados servindo como elementos fortes para a produção da aprendizagem.

Ao entrar na escola sabemos que nos deparamos com diversas culturais, crenças e religiões todas com suas diversas forma de pensar e reagir, com pensamentos e críticas diferentes, porém, irá haver uma troca de conhecimentos diferenciado onde podemos ensinar e aprender ao mesmo tempo naquele espaço educativo. De acordo com o mesmo autor, na escola acontece o processo de produção, alteração e socialização da cultura, transformando pessoas e grupos a partir de experiências que permitem aos educandos.

2.2.1 O QUE É O PRONERA

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) foi criado no I ENERA⁵ em 1997, na Universidade de Brasília (UnB) ao se comemorar os dez anos do Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e também produzir uma avaliação dos resultados

⁵ Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária

alcançados nos distintos níveis de escolarização, que até então vinham sendo desenvolvidos.

De acordo com Tavares (2018), o PRONERA é uma política pública de Educação do Campo, sendo que um dos pontos marcantes na luta pelo reconhecimento e visibilidade da Educação do Campo atribui-se ao Decreto no 7.352 de 04 de novembro de 2010 que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) ressaltando a que e a quem se destina a política de Educação do Campo.

A Educação do campo com o apoio do Programa Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) tem como objetivo teórico-prática, daqueles que vivem e trabalham no campo. O programa tem como objetivo de uma Educação adequada para a população do campo, para aqueles que buscam de alguma forma desenvolvimento. A implantação deste programa permitiu que milhares de jovens e adultos, trabalhadores das áreas de Reforma Agrária tenham o direito do acesso a diferentes níveis de ensino (BRASIL/PRONERA, 2011).

O Programa foi criado em 16 de abril de 1998, com o objetivo de proporcionar educação de Jovens e Adultos em situação de reforma agrária, de garantir a alfabetização e educação fundamental, escolaridade e a formação de educadores. O Pronera é um dos primeiros programas de apoio na Educação do Campo.

O Programa começou com a demanda de alfabetização de jovens e adultos, a partir das prioridades advindas do *I Censo Nacional da Reforma Agrária*, realizado em 1996, que revelou, à época, a existência de 43% de analfabetos nas áreas de assentamentos. Por isso, o início se deu com a prioridade de ofertar alfabetização a jovens e adultos e, simultaneamente, formar educadores das próprias áreas de Reforma Agrária, para atuar nestes processos de escolarização com mais qualidade e regularidade. (MOLINA; JESUS. 2011, p.36)

De acordo com PRONERA (2016), enquanto política pública permite a possibilidade de participação da sociedade civil organizada no sentido de articular a demanda, como também participar da discussão sobre o projeto pedagógico do curso recomendado.

O Pronera surgiu como uma proposta resultante da luta dos movimentos sociais e sindicais do campo, pela necessidade de atendimento aos jovens e

adultos, trabalhadores das áreas de reforma agrária, pelo direito de alfabetização e continuidade dos estudos nos vários níveis e modalidades de ensino.

É resultante da luta pela democratização do acesso à educação no campo para garantir a alfabetização e escolarização de jovens e adultos, a formação de educadores para as escolas do campo, formação técnico-profissional de nível médio, formação superior, residência agrária e pós-graduação.

O PRONERA é constituído numa parceria entre universidades, movimentos sociais e governo federal, representado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ou seja, este programa se constrói por meio de um modelo de gestão tripartite. Demonstrando um avanço na gestão democrática das políticas públicas no país. (CAMACHO, 2015, p.120)

Por existir desigualdades pela educação do campo as políticas públicas se propuseram a criar de alguma forma a igualdade de direitos a todos os cidadãos pela educação, isto, o Estado tem condições de instruí-los mediante suas ações. Segundo Molina (2012), Pelo fato de as desigualdades existentes no acesso à educação pública no campo serem muito grandes, isto obriga o Estado, respeitando a constituição, implantar políticas específicas que sejam capazes de minimizar os prejuízos já sofridos pela população do campo por terem sido privados historicamente do direito à educação escolar.

PRONERA é operacionalizado de forma estratégica associado ao desenvolvimento territorial, para contribuir com a elevação das condições de vida e de cidadania de milhares de brasileiros e brasileiras que vivem no campo. Compreende que o modo de vida do povo do campo tem especificidades quanto a maneira de se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente, de organizar a família, a comunidade, o trabalho a educação, e o lazer que lhe permite a criação de uma identidade cultural e social própria (UNIR, 2008, s/p.).

O programa promove estratégias de ação para o desenvolvimento rural das pessoas que nela habitam, melhorando as condições de vida dos assentados trazendo melhorias para as pessoas, pensando em um futuro melhor.

3. A EDUCAÇÃO BÁSICA NO ASSENTAMENTO GUARANI EM AMATURÁ E OS DESAFIOS VIVENCIADOS PELOS EDUCADORES

Este capítulo refere-se à descrição dos resultados da pesquisa, trazendo a atividade de coleta de dados na comunidade de assentamento Guarani no município de Amaturá. Esta pesquisa iniciou-se no contexto do Programa de Iniciação Científica, no curso de Pedagogia que teve como objetivo realizar um diagnóstico quanti-qualitativo em educação do campo no assentamento rural de Amaturá, referentes ao número de escolas, professores, estudantes da educação básica, formação de professores. Em seguida, já no contexto do TCC, a pesquisa foi ampliada para a coleta de dados sobre os principais desafios enfrentados pelos professores que atuam no Assentamento rural.

Portanto, neste momento, traremos o mapeamento da escola do campo, considerando seus aspectos físicos, didático-pedagógicos, geográficos, socioculturais e humanos e ainda a descrição da prática de campo realizada na comunidade.

3.1 A ESCOLA MUNICIPAL DE ASSENTAMENTO GUARANI: SEUS ASPECTOS FÍSICOS, DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS, SOCIOCULTURAIS E HUMANOS⁶

A comunidade do Assentamento Guarani está situada no município de Amaturá-AM acerca de 23,6 Km, que dura cerca de 3 horas de viagem até a comunidade, sendo esta realizada de canoa com motor *peque-peque*⁷.

Na manhã do dia 17 de fevereiro de 2020, por volta das 7 horas dei início a uma trajetória que consistia a uma ida a comunidade Guarani em área de assentamento, juntamente com meus pais e colaborador. Saímos da residência dos meus pais as 07h30min em uma carrocinha e depois viajamos de pecpec. Chegando ao porto nos deparamos com uma situação de dificuldade na hora de embarcar por motivo de haver uma grande quantidade de canoas no local e de estarem retirando mercadorias de um barco que estava atracado na cidade.

⁶ Esta parte da pesquisa traz os resultados da coleta de dados realizada no PIBIC- Programa de Iniciação a Pesquisa da UFAM, que foi desenvolvida na Comunidade de Assentamento de Guarani- Amaturá.

⁷ Motor com potência entre 5,5 a 13hp, instalado em uma canoa de madeira, muito utilizado na região do Alto Solimões.

Sáímos do porto em uma viagem até a comunidade chegando lá nos deparamos com outra dificuldade devida não haver porto balsa na comunidade, então encostamo-nos à beira da terra que devido estar secando havia muita lama. Depois disso fizemos uma caminhada até a escola.

Figura 03: Porto da Comunidade Guarani/AM. Figura 04: Subida do porto



Fonte: SOUZA, Janaína Franco de Souza, 2020.

Devido às longas distâncias, sem sinal de celular e nem internet é muito difícil de ter comunicação na comunidade e, por este motivo, houve um desencontro. A escola estava sem funcionamento, fomos perguntando se a gestora se encontrava na comunidade ou se havia algum professor da escola por lá, porém um agente de saúde nos informou que a gestora havia saído para a cidade de Amaturá naquela manhã e os professores estavam guardando o processo seletivo para retornarem à escola e dar início ao trabalho.

Desta forma, deixamos recado para que o líder da comunidade pudesse comunicar a gestora que outro dia estaríamos voltando, mas mesmo assim esse momento foi significativo para observar a escola e ter acesso a muitas informações, sobre seu funcionamento, estrutura e infraestrutura escolar.

É uma instituição da Rede Pública Municipal de Ensino, mantida pela Secretaria Municipal de Educação, criada legalmente em 2009, através do decreto de lei nº 37 de junho de 2009.

A escola atualmente funciona com três turnos (diurno e noturno) com um total de 196 alunos matriculados, distribuídos entre as turmas Maternal, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio (tecnológico).

O quadro abaixo traz as informações com dados atualizados do ano de 2022 da referida escola:

Tabela 03: Dados do funcionamento de escola

Quantidades de turmas na escola por etapas de ensino	12 turmas	Quantidade de alunos em cada turma
Educação Infantil e anos iniciais do ensino fundamental	3 turmas de Multisseriado com Educação Infantil: Creche e Pré-Escola I e II- <i>5 Turmas dos anos iniciais</i>	Creche- 12 alunos 1 Período- 14 alunos 2 Período- 20 alunos 1º ano- 10 alunos 2º ano- 16 alunos 3º ano- 12 alunos 3º ano- 12 alunos 5º ano- 24 alunos 120 alunos
Ensino Fundamental- 6ª ao 9ª ano	4 Turmas dos anos finais	6º ano- 13 alunos 7º ano- 10 alunos 8º ano-18 alunos 9º ano- 6 alunos 47 alunos
Ensino Médio	03 turmas do Ensino Médio Tecnológico (Estado)	1º ano- 8 alunos 2º ano- 10 alunos 3º ano- 8 alunos 26 alunos
Total de Alunos		193 alunos

Fonte: SOUZA, Janaína Franco de, 2022.

De acordo com os dados escolares coletados foi possível saber sobre as turmas, o funcionamento da escola e a quantidade de alunos em cada etapa de ensino. Na escola há turmas multisseriadas, que vem sendo um desafio para os professores, pois, não há materiais didáticos e a infraestrutura não atende a esse tipo de ensino. Sendo uma escola distante da cidade no turno da noite

(noturno) há funcionamento na escola do ensino tecnológico oferecida pelo Estado voltado para as turmas de Ensino Médio.

Segundo fontes históricas, o nome da Escola originou-se através da comunidade Guarani, pelo fato de a mesma ter indícios de moradores antepassados Índios Tupis Guarani.

Figura 05: Anexo da Escola



Figura 06: Frente da Escola Municipal



Fonte: SOUZA, Janaína Franco; 2020

A escola tem como estrutura mista (parte em alvenaria e outra em madeira), cobertura de alumínio, tendo nela banheiro e uma fossa séptica. A escola possui duas salas de aula e um Anexo contendo três salas, não havendo sala dos professores. A sala onde funciona o multisseriado é bastante pequena, não comporta de maneira confortável todos os alunos.

A escola possui cozinha, assim na própria escola é possível preparar a merenda escolar dos alunos, porém, eles não possuem refeitório para merendar, além disso, a gestora relatou o fato da merenda escolar não durar o período letivo todo e assim mesmo sem a merenda eles continuam com os trabalhos.

Figura 07: Cozinha da escola



Fonte: SOUZA, Janaína Franco; 2020

Na escola possui acesso a água potável, possui energia elétrica e livros didáticos para os alunos e professores. Possui internet somente para os professores que o Estado oferece e a turma do tecnológico que faz uso da internet também.

A escola não possuiu quadra para prática de atividades físicas, porém há um enorme campo de futebol em frente à escola, nesse espaço os professores e alunos fazem suas atividades. Próximo à escola há um centro social da comunidade, este espaço também é utilizado para diversas práticas com alunos.

As salas de aula são bastante rabiscadas, tanto as paredes, carteiras, a mesa do professor bastante danificada. As salas são bastante apertadas sem ventilação, o quadro bastante estragado (riscado).

Figura 08: Sala de Aula

Figura 09: Mesa do Professor



Fonte: SOUZA, Janaína Franco; 2020.

Durante o período letivo os professores fazem o planejamento de forma bimestral. A escola não disponibilizou seu PPP (Projeto Político Pedagógico), pois afirmaram que ainda estava em fase de conclusão. A escola possui Conselho Escolar e a gestora e professores conversam sobre o CME (Conselho Municipal de Educação).

A escola sendo um pouco distante da cidade e a gestora atual sendo da sede do município, com essa pequena dificuldade de chegar à comunidade, resolveu morar na comunidade para melhor trabalhar, sendo assim alugou uma casa para morar com seus filhos e companheiro e nos finais de semana, quando precisa, retorna até a cidade.

Os professores com esta mesma dificuldade moram na comunidade e aos finais de semana retornam para a cidade. Moram em uma casa alugada pela Secretária Municipal de Educação (Semed), porém a casa possui apenas dois quartos disponíveis. Então acaba sendo um pouco complicado, pois são sete professores que têm que dividir os dois quartos.

Os professores usam transporte denominado balieira (tipo de embarcação que comumente varia entre 15 a 200 HP) da comunidade de Niterói (comunidade próxima a Guarani), para chegar à comunidade. Eles ajudam com a gasolina quando a Semed não possui e, muitas vezes, eles acabam ficando na comunidade mesmo, por causa da condição de não ter a gasolina para voltarem aos finais de semana.

3.2 OS DESAFIOS VIVENCIADOS PELOS PROFESSORES NA ESCOLA DE ASSENTAMENTO

Neste tópico irei fundamentar os relatos e os resultados obtidos na utilização da abordagem de entrevista de professores que trabalham na escola Guarani e na educação do campo. Cada um traz consigo dificuldades, obstáculos que são enfrentados diante da educação escolar, como o deslocamento e moradia, o multisseriado, os perigos que enfrentam no rio, desafios em sala de aula, infraestrutura da escola, e estarei utilizando embasamento nas pesquisas bibliográficas já realizadas.

A maior dificuldade é que minha turma é multissérie onde os desníveis de aprendizagem é muito grande. A multissérie atrapalha muito na questão de aprendizagem porque tem muitos alunos que são avançados outros não, além da questão multissérie temos também a falta de interesses dos pais com os alunos em questão de aprendizagem, não deixamos de mencionar também o nosso poder público que falha muito em nos ajudar principalmente com materiais, mão de obras, professores e tudo isso influencia no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, então a maior dificuldade que eu tenho é a turma multisseriada, muitos alunos, desníveis grandes na sala de aula, então complica bastante, atrasa muito, temos que levar atividades diferenciadas para cada um e isso não é rentável não atingimos nosso plano de aula. (Professor A)

Diante do relato do professor, verificamos que ele tem obstáculos, dificuldades em trabalhar na escola devido haver turmas multisseriadas e os recursos que possui na escola não ser suficiente. Na concepção do professor as turmas de multisseriado é um problema.

As classes multisseriadas sejam ainda produto de sobras urbanas e sinônimo de precarização da educação do ponto de vista pedagógico e material, a escola rural que é majoritariamente multisseriada, é também símbolo da resistência dos trabalhadores e trabalhadoras no campo, dado que o projeto de desenvolvimento hegemônico os expulsa para as cidades. (TEIXEIRA e LIMA, 2012, p.151)

Como sabemos as turmas de multisseriado são uma forma de organizar o ensino onde o professor trabalha na mesma sala de aula com níveis de ensino com diferentes alunos, com idades e séries diferenciadas, havendo assim um desequilíbrio na forma de ensinar.

Quando a organização do trabalho pedagógico, as salas multisseriada no Brasil recebem influência do método de “ensino mútuo”, ou seja, modelo no qual um único professor desenvolvia sua prática pedagógica em sala totalmente diversificada quanto aos níveis de aprendizagem e idade, instruindo a todos ao mesmo tempo, numa perspectiva da coletividade, adotando uma forma de organização com base no grau de instrução de cada um. (TEIXEIRA e LIMA, 2012, p.152-153)

Contudo, esse ensino mútuo poderia ser visto com uma vantagem em sala de aula, onde aquele aluno que tem um ensino mais avançado poderia auxiliar aqueles que estariam com alguma dificuldade, mas, sob orientação e supervisão do professor. Então podemos dizer que multisseriado não é um problema e, sim, uma possibilidade para esses alunos que vivem no campo.

Desta forma, trabalhar em turma multissérie vem sendo um desafio no âmbito educação do campo, pois, sabemos que as escolas do campo são ditas como “esquecidas” e por ser assim o nível de aproveitamento escolar, o ensino-aprendizagem é desafiador. Não há recursos, materiais didáticos, salas adequadas, falta de professores e nenhum profissional de apoio pedagógico na escola e isso sobrecarrega o professor de sala, não tem biblioteca, sala de leitura e isso tudo influencia no ensino das crianças.

Algumas experiências têm demonstrado que o problema das turmas multisseriadas está na ausência de uma capacitação específica dos professores envolvidos, na falta de material pedagógico adequado e, principalmente, na ausência de uma infraestrutura básica – material e de recursos humanos – que favoreça a atividade docente e garanta a efetividade do processo de ensino aprendizagem. Investindo nesses aspectos, as turmas multisseriadas poderiam se transformar numa boa alternativa para o meio rural, atendendo os anseios da população em dispor de uma escola próxima do local de moradia dos alunos, sem prejuízo da qualidade do ensino ofertado, especificamente no caso das séries iniciais do ensino fundamental. (BRASIL, 2007, p. 25-26 *apud* NASCIMENTO E MIGUEL, 2020, p. 426).

Segundo Ferreira (2010), a educação na área rural sempre era vista como precária – escolas depauperadas, faltando materiais didáticos, professores com menores salários, com alunos “atrasados”, assim, dificultando o ensino-aprendizagem do alunos e os professores com desmotivação no local de trabalho.

[...] turmas multisseriadas, percebe-se que geralmente estas apresentam infraestrutura precária, prédios extenuados, materiais didáticos escassos, faltam carteiras, especificamente aquelas padronizadas para as crianças da educação infantil. Muitas escolas são unidocentes, com poucas crianças. Os livros além de insuficientes quase sempre não retratam a realidade do campo. Nas paredes há um quadro e alguns cartazes. Para a professora há uma mesa e uma cadeira na qual dificilmente pode sentar-se (FERREIRA, 2019, p. 07).

Outro fator importante que podemos está trabalhando é a falta dos pais no ambiente escolar, em acompanhamento no nível de ensino dos seus filhos. Desta forma, sabemos que os pais sobrevivem em sua maioria da agricultura, na roça, da pesca, ou seja, do trabalho do campo, e devido o cansaço não têm muito tempo para ajudar os filhos nas situações que envolvem a escola, além de muitos deles não serem alfabetizados, porém, sempre que podem, estimulam e cobram dos filhos a realização das tarefas de casa. Também fazem questão que seus filhos frequentem a sala de aula todos os dias.

Sendo da comunidade sabemos que o níveis de analfabetismo é significativo nessas localidades. Outra questão é que muitas vezes as crianças não são criados pelos pais, mas sim pelas tias(os), avós e etc, que têm dificuldade no acompanhamento escolar, então são situações que devem ser pensadas e analisadas e pensadas alternativas viáveis para essa tal sonhada parceria.

Da mesma forma, a participação dos pais na escola é limitada, revelando pouca integração família – escola – comunidade. Entre os aspectos que envolvem e justificam essa situação, os estudos que realizamos revelaram que os professores acusam os pais de não colaborarem na escolarização dos filhos. [...]Em geral, eles não se sentem preparados para ajudar seus filhos em face do baixo nível de escolaridade que possuem, ainda que não deixem de reconhecer a importância de sua participação na escola. (HAGE, S/D)

Os professores contribuem com seus relatos trazendo outros elementos para análise deste estudo tratando dos desafios em ensinar na área rural.

[...] Meus primeiros desafios serem encontrados como professor é de sair de casa, deixar a família para poder vim para comunidade dar aula, chegando aqui uns dos desafios também e se deparar com a realidade de uma comunidade onde há poucos recursos, poucas informações sobre a família, sobre a educação adequadas de ensino-aprendizagem. (Professor B)

Um dos primeiros desafios é ter que deixar a família por alguns dias, voltando a vê-los apenas nos finais de semana, para atuar como professora em uma escola, onde é preciso inovar, pois todos os recursos são limitados. Não por descuido dos administradores, acredita-se que seja pelo fato de haver várias demandas em todas as escolas. (Professor D)

Minha trajetória desde de 2013 nos enfrentamos muitas coisas desde da ida até a chegada na escola, nós vamos de morada ficamos a semana todinha e no final de semana nos retornamos para os seios da nossa família, para ida a prefeitura nos sede uma balieira com um motor 60hp, a ida muitas das vezes não é muito bem confortável, pois, cai a chuva, temporal forte e é arriscado a gente de afundar, perder a vida por mais que tenhamos salva vidas, mas muitas das vezes não é o bastante (Professor C)

Conforme os relatos dos professores o maior desafio é deixar sua família na cidade, o deslocamento e ir para uma comunidade trabalhar em busca de sustento, sem ter informações ou contato com ela e se deparando com desafios que lhe fazem pensar a forma de superar seus obstáculos.

Sua solução ainda está longe. Sua aspiração é correr, seu pensamento está na cidade e na família distante, sua atitude é de aversão ao meio que eles não compreendem e que, em retribuição, com ele antipatiza. (ALMEIDA, p. 289, *apud* FERREIRA, 2010, p. 23)

Mesmo que cercado de dificuldades, que o docente torne o processo de ensino e aprendizagem nas escolas multisseriadas em algo prazeroso e que desperte nesses alunos o melhor com relação a educação, de modo que mesmo em meio a tantos desafios estes possam lograr êxito na aquisição de conhecimentos e aprendizagens que os transformará em indivíduos mais completos e os prepara para lidar com os obstáculos encontradas dentro e fora deste ambiente. (NASCIMENTO E MIGUEL, 2020, p.428)

Desta forma, dando continuidade o Professor B relata sobre de que formas e metas ele pode está utilizando e aperfeiçoando suas aulas, para que a atenção de seus alunos com um olhar para a educação como um ensino de melhoria de vida.

[...] essas é umas das partes que a gente olha e observa tais formas, didáticas a apresentar à eles, para que eles possam pegar isso e levar como uma aprendizagem pra eles, pro seu futuro, então é mostrar que eles tem um futuro bom através da educação em que nos professores ensina, então esse desafio pra mim é um ensino, uma trajetória que esses desafios sirvam para que nós possamos aprender a lidar com a situação e com a verdadeira realidade. (Professor B)

Nesta fala do professor observamos que ele traz um pensamento de inovação para o planejamento de suas aulas em sala, tentando desenvolver métodos, didáticas diferenciadas, assim possa chamar atenção e fazer com que esses alunos tenham curiosidade em tais conteúdos, havendo assim uma interação entre ambos.

O ambiente escolar deve apresentar-se como acolhedor, dinâmico e bem estruturado, fazendo uso de práticas pedagógicas embasadas, de preferência em métodos inovadores e num processo de mediação eficaz. Assim, uma prática docente voltada para a educação, sobretudo em virtude da grande diversidade existente no âmbito educacional precisa aderir a uma pedagogia que além do desenvolvimento de métodos de ensino que se ajustem a realidade do educando, respeite-a, levando-o a encontrar sua própria identidade como ser humano. (NASCIMENTO E MIGUEL, 2020, p.423)

Desta forma, é preciso que a sala tenha algo que chame atenção dos alunos, que as aulas sejam de forma mais dinâmicas e criativas, utilizando assim o meio rural em que eles vivem, que ensinar, transmitir conhecimentos não é só na sala de aula. Segundo Nascimento e Miguel (2020) o professor precisa adotar uma prática educativa autônoma, inclusive por meio de metodologias significativas para que através destas despertem-se alunos criativos, motivados e interessados, não apenas em absorver teorias, mas construir um ambiente que lhe propicie atingir seus objetivos quanto à aprendizagem, conforme a fala do professor C.

[...] O trabalho é bom quando você conseguiu alcançar suas metas, enquanto a sua profissão, sua disciplina ministradas e suas aulas dadas em salas de aulas, quando você ver o sorrisos dos seus alunos no rosto, quando você ver principalmente que aquele aluno avançou, então é gratificante mesmo com tantas dificuldades, porque escola de zona rural é muito diferente de uma que está localizada na cidade na zona urbana [...]

No relato mencionado pela professora ela coloca como um dos perigos que são enfrentados, como o temporal no rio que ocorrem durante a viagem, no Amazonas o mês de junho a agosto são, por exemplo, os meses considerados muitos chuvosos, com temporais fortes que podem ocasionar banzeiros fortes nos rios.

Situação, também vivenciada no contexto histórico do Amazonas, dadas as peculiaridades geográficas, típicas da região: seus modos de vida e trabalho, decorrentes de influências climáticas, com períodos de

enchente e seca dos rios; seu meio de transporte, influenciando o tempo de deslocamento entre municípios; diversidade cultural. (TAVARES, 2018 p. 21)

Diante dos relatos que a professora nos apresenta, observamos que são diversos desafios que são enfrentados, começando da saída até a chegada na comunidade. Então sabemos que a educação do campo nos apresenta muitas dificuldades, porém, são recompensadas quando conseguimos alcançar nossos objetivos. Uma escola onde não tem uma estrutura adequada, sem espaço de lazer, mas com uma diversidade imensa ao seu redor.

Por ser uma escola da zona rural, a questão de energia também ainda se torna um pequeno empecilho, para que possamos de fato concluir alguns trabalhos, devido a fortes chuvas ou temporais, a escola, a comunidade em geral chega ficar por vários dias sem energia dificultando a execução dos planos dos professores. Por isso o professor em geral, principalmente os que atuam em comunidades rurais devem estar preparados para enfrentar e vencer tais obstáculos, buscando novas soluções para que nada prejudique seu trabalho e o aprendizado dos discentes (Professor D).

Os meses de setembro e outubro são os mais quentes no Amazonas, então diante disso a professora relata sua dificuldade de trabalhar em sala devido ao calor ser grande. Entretanto ela tem que adequar suas aulas diante do clima, buscando assim alternativas.

A infraestrutura escolar tem maior importância sobre o desempenho escolar do que os investimentos públicos em Educação. As desigualdades entre as escolas manifestam-se também na forma como essas respondem aos investimentos. O estudo ainda feito pelos mesmos chama a atenção para o fato de que os investimentos em Educação impactam de maneira diferenciada as escolas com menores e maiores níveis de infraestrutura, o que reforça a necessidade de uma colocação eficiente de recursos. (CERPA, 2021, p.35)

Sendo assim ela usa o espaço que a natureza oferece, é sair de um lugar onde olhamos para os lados e são paredes pintadas de branco, sem um ar puro, e estar em um local e poder ter sua aula diferenciada como a ela nos diz: “ir para debaixo de uma árvore” que onde possamos ver uma natureza maravilhosa, encantadora, os pássaros voando, cantando e sentir o vento em nosso rosto.

O período em que mais temos que estar preparados é a época do verão, pois a escola ainda não tem uma estrutura adequada, para

suprir a necessidade dos alunos, professores e demais funcionários. Sendo que o calor acaba por influenciar um pouco no comportamento e aprendizagem dos alunos. Com o imenso calor os alunos ficam bastantes agitados. Espera-se que um dia, possamos não mais ter que sofrer com esse tremendo calor, sonhamos com uma escola que no mínimo tenha ar condicionado nas salas em que os alunos estão. (Professor D)

Desta forma, sabemos que estamos localizados em uma região onde há mudança climática. O calor em sala de aula, nota-se que está sendo uma desafio para a professora e seus alunos, pois, eles ficam inquietos e isso tira a concentração na aula e não conseguem ter o acompanhamento na explicação do conteúdo, e então a professora fica encarregada de tentar encontrar soluções para tentar melhorar o desempenho dos alunos.

Diferentes formas de produção da existência são realizadas, diferentes espaços são utilizados e constituídos, diferentes técnicas e materiais de trabalho são empregados, diferentes formas de ensinar e de aprender ocorrem ou se dão no processo de trabalho. (SILVA 2021, s/p)

Enfim, o desafio do professor, nunca acaba, principalmente do professor da zona rural, é preciso que ele goste do que faz, pois se não termina por se tornar um educador frustrado, porque os desafios nunca acabam, paciência talvez seja também uma das ferramentas principais. (Professor D).

Ser professor na zona rural é um desafio. Nos exige calma, paciência, esperteza, conhecimentos e forças de vontade. O ser professor exige uma função de pai, mãe, amigo e acaba sendo um ser tão importante para aqueles que dizem em não ter um companhia no dia a dia ou uma certa atenção em casa, ao chegar em sua sala de aula se depara com alunos que querem um abraço, carinho, atenção e principalmente querem ser estimulados a aprender cada vez mais, pois a educação escolar de qualidade é um direito constitucional.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

Este TCC abordou sobre a temática da educação escolar em assentamento rural, com foco em uma escola localizada em um assentamento rural do município de Amaturá. O tema investigado é pouco explorado, principalmente no curso de Pedagogia do INC, daí a importância de abrirmos os olhos e curiosidade entorno das temáticas pouco exploradas e em outros municípios do Alto Solimões.

Este TCC teve sua relevância a partir do momento que conseguimos verificar de que forma a educação escolar se dá nesses lugares, principalmente a partir dos relatos das experiências dos professores que contribuíram com a pesquisa. Diante do que foi constatado, percebe-se que a educação faz refletir sobre os impactos das políticas educacionais efetivadas nos assentamentos rurais e nas comunidades ribeirinhas.

A educação é um direito de todo e qualquer indivíduo, e deve ser garantida pelo poder público a toda população independente desta residir em um meio rural ou urbano. Sendo assim, é necessário o entendimento em relação às necessidades e os desafios que os educadores do campo enfrentam todos os dias.

Este TCC teve como objetivo de realizar um diagnóstico quanti-qualitativo em educação do campo no assentamento rural, analisando os principais desafios vivenciados por seus professores. Após a análise dos dados coletados concluiu-se que a escola do campo, localizada em assentamento rural no meio rural, de certa forma, busca se adequar aos poucos na direção de uma melhor qualidade na oferta da educação escolar, porém ainda está distante de todas as garantias presentes na legislação. Os relatos dos professores apontam para os principais desafios enfrentados nos caminhos entre a cidade e a escola-comunidade, e ainda no que tange às condições de estrutura e infraestrutura escolar, principalmente na ausência de materiais, acesso à escola, deslocamento e condições de moradia dos professores, concepções e atuação no multisseriado.

Como resultado podemos mencionar que foi possível alcançar todos os objetivos do trabalho, e assim mencionar que seria interessante que houvesse uma formação aos professores que atuam na escola rural, como umas das suas

principais dificuldades mencionadas por eles seria as turmas multisseriadas, então desta forma, os ajudaria a conseguir buscar soluções e formas para esse desafio seja aos poucos superado.

Enfim, foi de suma importância realizar este trabalho como estudante do curso de Pedagogia ter o privilégio de conhecer a realidade da educação do campo, adquirindo assim conhecimentos diante dos fatos apresentados. Neste sentido, podemos dizer que é necessário o desenvolvimento de projetos que visem a qualidades das práxis educativas nos assentamentos, numa construção coletiva e participativa com a comunidade, na qual poderá contribuir para a elaboração de políticas públicas com qualidade para o campo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDBEN. Brasília, 1996.

BRASIL. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. Resolução CNE/CEB n. 1. Brasília, 2002.

BRASIL. Diretrizes Complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Resolução CNE/CEB n. 2. Brasília, 2008.

_____. **Decreto 7.352, de 04 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa de Educação na Reforma Agrária-PRONERA. Diário Oficial da União, Brasília: 2010.

ANTONIO, Clésio Acilino; LUCINI Marizete. **Ensinar e Aprender na Educação do Campo: Processos Históricos e Pedagógicos em Relação.** Campinas, vol. 27, n. 72, p. 177-195, maio/ago. 2007.

ANTONIO, Clésio Acilino; LUCINI Marizete. ENSINAR E APRENDER NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: **Processos Históricos e Pedagógicos em Relação.** Campinas, vol. 27, n. 72, p. 177-195, maio/ago. 2007.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma Educação do Campo.** Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera:** Manual de Operações. Edição revista e atualizada. Brasília, 2014.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma Educação do Campo: Identidade, e Políticas Públicas.** Volume 4, Brasília, 2002.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA): UMA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO.** Colloquium Humanarum, Presidente Prudente, v. 12, n. 2, p.119-127, abr/jun 2015.

CERPA, Anayda de Souza. **Infraestrutura Escolar e Instituições de Ensino na Zona Rural: Tensões entre a Garantia e a Negação do Direito À Educação de Qualidade.** 2021.

COELHO, Fabiano; FREITAS André Alexandre Ricco de. **Reforma Agrária E Assentamentos Rurais Em Mato Grosso Do Sul.** Revista Tempos Históricos Vol. 25, n. 2 (2021) e-ISSN: 1983-1463. <https://doi.org/10.36449/rth.v25i2.25839>
DENCKER, A. de F.M. **Métodos e técnicas de pesquisas em turismo.** 4ª ed. São Paulo: Futura, 2000. p.286.

DUARTE, R. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre trabalho de campo.** *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, 2002. p.139-154.

FABRINI, J. E. **A cooperação agrícola nos assentamentos:** uma proposta política. *Geografia*, Londrina, v. 9, n. 1, p. 67-78, jan/jun. 2000. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10177>>. Acesso em 23/06/2022.

FERNANDES, B. M. **Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço território como categorias essenciais.** In: Molina, M. C. **Educação do Campo e pesquisa:** questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 27-39.

FERREIRA, J. S. (2010). **E o rio, entra na escola?** Cotidiano de uma escola ribeirinha no município de Benjamin Constant/AM e os desafios da Formação de seus Professores (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** Ed. 6. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

GONÇALVES, R. R. et al. Merleau-Ponty e Heidegger: **três concepções de fenomenologia, três filósofos. Estudos e pesquisa em psicologia.** UERJ, RJ, 2008. Disponível em: <https://www.revispsi.uerj.br/v8n2/artigos/pdf/v8n2a19.pdf>. Acesso em: 10 de agosto 2022.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

Hage, S. M. (2014). **Transgressão do paradigma da (multi) seriação como referência para a construção da escola pública do campo.** *Educ. Soc.*, 35(129), 1.165-1.182. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302014144531>.

HAGE, S. M. (Org.). **Educação do Campo na Amazônia: retratos de realidade de escolas multisseriadas no Pará.** Belém: Gráfica e Editora Gutenberg Ltda, 2006.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **A Multissérie em pauta: para transgredir o Paradigma Seriado nas Escolas do Campo.** S/D.

HAGE, Salomão Mufarrej. **Movimentos sociais do campo e a afirmação do direito à educação:** pautando o debate sobre as escolas multisseriadas na Amazônia paraense. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.* v. 1, n. 1. Brasília: O Instituto, 2006. 129 IBGE/2009, disponível no endereço eletrônico: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 24/09/2022.

HENRIQUES, R. et al. **Educação do campo:** diferenças mudando paradigmas. *Cadernos Secad (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade)*, Brasília, n.2, p.81, 2007.